

CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

IONARA KELLEN SANTOS ARAÚJO

TRABALHO E SOFRIMENTO: IMPACTOS DO MODELO NEOLIBERAL SOBRE A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

SUMÉ - PB
2026

IONARA KELLEN SANTOS ARAÚJO

TRABALHO E SOFRIMENTO: IMPACTOS DO MODELO NEOLIBERAL SOBRE A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

Monografia apresentada ao curso Superior de Psicologia da UNICIR – Faculdade do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Psicologia.

Orientador: Professor Esp. Luiz Ricardo Vasconcelos de Mendonça.

SUMÉ - PB
2026

A663t Araújo, Ionara Kellen Santos.
Trabalho e sofrimento: impactos do modelo neoliberal sobre a classe trabalhadora brasileira. / Ionara Kellen Santos Araújo. - 2026.

32 f.

Orientador: Professor Esp. Luiz Ricardo Vasconcelos de Mendonça.
Monografia – UNICIR - Faculdade do Cariri; Curso de Psicologia.

1. Sofrimento psíquico. 2. Neoliberalismo. 3. Trabalho 4. Subjetividade 5. Classe trabalhadora I. Mendonça, Luiz Ricardo Vasconcelos de. II. Título.

CDU: 159.944

IONARA KELLEN SANTOS ARAÚJO

TRABALHO E SOFRIMENTO: IMPACTOS DO MODELO NEOLIBERAL SOBRE A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

Monografia apresentada ao curso Superior de Psicologia da UNICIR – Faculdade do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Esp. Luiz Ricardo Vasconcelos de Mendonça.
Orientador - UNICIR – Faculdade do Cariri

Professora Esp. Jocilda de Azevêdo Rodrigues e Ramos.
Examinadora Interna - UNICIR – Faculdade do Cariri

Professor Ms. Elaine Milena Alves Genuíno.
Examinadora Interna - UNICIR – Faculdade do Cariri

Trabalho Aprovado em: 08 de junho de 2026.

SUMÉ - PB

Até eu estou surpreso com essa mudança

이런 변화에 나도 놀라

ireon byeonhwa-e nado nolla

One more night - BTS

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar como o sistema político e socioeconômico neoliberal atua na produção do sofrimento psíquico dos trabalhadores brasileiros, compreendendo os impactos das transformações do trabalho sobre a subjetividade da classe trabalhadora. O referencial teórico fundamenta-se nos conceitos de trabalho, proletariado, neoliberalismo e sofrimento psíquico, com destaque para as contribuições de Christophe Dejours, articuladas às reflexões de Karl Marx. Trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza narrativa, com abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, realizada a partir de levantamento em bases de dados científicas e plataformas institucionais. Os resultados evidenciam que o neoliberalismo ultrapassa a dimensão econômica, configurando-se como uma racionalidade política, social e ideológica que reorganiza as relações de trabalho, intensificando processos de competitividade, flexibilização e precarização. Observou-se que tais transformações impactam diretamente a saúde mental da classe trabalhadora, produzindo sentimentos de insuficiência, medo, esgotamento e desamparo. Conclui-se que o sofrimento psíquico dos trabalhadores não deve ser compreendido apenas como manifestação individual, mas como expressão das determinações sociais, políticas e econômicas presentes no mundo do trabalho contemporâneo.

Palavras-chave: sofrimento psíquico; neoliberalismo; trabalho; subjetividade; classe trabalhadora.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the neoliberal political and socioeconomic system contributes to the production of psychological suffering among Brazilian workers, seeking to understand the impacts of labor transformations on the subjectivity of the working class. The theoretical framework is based on the concepts of labor, proletariat, neoliberalism, and psychological suffering, with emphasis on the contributions of Christophe Dejours, articulated with the reflections of Karl Marx. This is a narrative literature review with a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on research conducted in scientific databases and institutional platforms. The findings indicate that neoliberalism goes beyond the economic dimension, constituting a political, social, and ideological rationality that reorganizes labor relations and intensifies processes of competitiveness, labor flexibilization, and precarious work conditions. It was observed that these transformations directly affect the mental health of the working class, producing feelings of inadequacy, fear, exhaustion, and helplessness. The study concludes that workers' psychological suffering should not be understood solely as an individual manifestation, but rather as an expression of the social, political, and economic determinations present in the contemporary world of work.

.

Keywords: psychological suffering; neoliberalism; work; subjectivity; working class.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 8

2 PROBLEMÁTICA..... 10

3 OBJETIVOS..... 11
3.1 OBJETIVO GERAL..... 11
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... 11

4 JUSTIFICATIVA..... 12

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 13
5.1 TRABALHO, PROLETARIADO, NEOLIBERALISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: EM UM CONTEXTO BRASILEIRO..... 13
5.2 O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA SUBJETIVIDADE DO PROLETARIADO..... 17
5.3 NEOLIBERALISMO E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DA CLASSE TRABALHADORA 21

6 METODOLOGIA..... 25

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 27
7.1 EIXO 1: TRABALHO, PROLETARIADO, NEOLIBERALISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO BRASILEIRO..... 27
7.2 EIXO 2: OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA SUBJETIVIDADE DA CLASSE TRABALHADORA..... 28
7.3 EIXO 3: NEOLIBERALISMO E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA CLASSE TRABALHADORA..... 28

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 30

REFERÊNCIAS..... 31

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as transformações nas relações de trabalho têm produzido impactos significativos sobre a vida e a subjetividade dos trabalhadores. O avanço do neoliberalismo, associado à intensificação da produtividade, à competitividade e à flexibilização das relações laborais, consolidou novas formas de organização do trabalho marcadas pela precarização e pela responsabilização individual (Sobreira; Oliveira, 2024).

Na perspectiva marxista, o trabalho constitui uma atividade fundamental para a produção da vida social e para a própria constituição do ser humano. Ao transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, os indivíduos também se transformam, construindo relações sociais, produzindo cultura e desenvolvendo formas de subjetivação. Dessa maneira, compreender as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho torna-se essencial para analisar seus impactos sobre a saúde mental da classe trabalhadora. Nesse contexto, o trabalhador passa a ser constantemente pressionado a atender às exigências do mercado, vivenciando condições que frequentemente ultrapassam seus limites físicos e psíquicos.

Paralelamente, observa-se o crescimento das discussões acerca da saúde mental e do sofrimento psíquico relacionados ao trabalho. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2022), a saúde mental refere-se a um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de lidar com as tensões da vida, desenvolver suas potencialidades e contribuir com a comunidade. Contudo, essa compreensão torna-se insuficiente quando desconsidera os contextos estruturais responsáveis pela produção de sofrimento.

Nesse sentido, compreender os mecanismos geradores de sofrimento psíquico da classe trabalhadora exige uma análise que articule dimensões econômicas, políticas e ideológicas. Diante deste cenário, questiona-se: de quais maneiras o sistema neoliberal impacta e influencia na vida econômica, social e no sofrimento psíquico da classe trabalhadora brasileira?

O presente estudo tem como objetivo analisar como o neoliberalismo contribui para a produção do sofrimento psíquico na classe trabalhadora brasileira. Fundamentado em uma perspectiva da Psicologia Social Crítica e em diálogo com contribuições da Psicodinâmica do Trabalho, busca-se discutir os conceitos de trabalho, proletariado, neoliberalismo e sofrimento psíquico, bem como compreender os impactos desse modelo econômico sobre os processos de subjetivação e a saúde mental da classe trabalhadora. Parte-se da compreensão de que o sofrimento psíquico não se restringe a uma experiência individual, mas constitui um fenômeno atravessado por determinantes históricos, sociais, econômicos e políticos.

A relevância deste estudo reside na necessidade de analisar criticamente como o neoliberalismo contribui para a produção e intensificação do sofrimento psíquico na classe trabalhadora brasileira. Ao deslocar o foco de uma perspectiva individualizante para uma abordagem social e política, busca-se evidenciar os mecanismos que sustentam esse processo, bem como contribuir para o fortalecimento de reflexões no campo da saúde mental coletiva.

Justifica-se, ainda, na necessidade de compreender as novas configurações do sistema neoliberal e seu impacto direto na saúde mental individual e coletiva do trabalhador e pela urgência de compreender os determinantes históricos que atravessam o bem-estar psíquico em um cenário de precarização e flexibilização de direitos, onde o sofrimento é frequentemente naturalizado e a responsabilidade deslocada para o sujeito.

Este trabalho delimita-se à análise dos impactos do modelo neoliberal sobre a saúde mental dos trabalhadores, em um contexto brasileiro, com enfoque nas transformações das relações de trabalho contemporâneas. A discussão será desenvolvida a partir de uma perspectiva exploratória e descritiva, fundamentada a partir de um levantamento bibliográfico nas principais bases de dados científicas e plataformas institucionais.

A fundamentação teórica foi estruturada a partir de três eixos temáticos que buscam dar conta da complexidade do tema. O primeiro eixo, intitulado "trabalho, proletariado, neoliberalismo e sofrimento psíquico: em um contexto brasileiro", estabelecendo a base teórica e histórica necessária para a compreensão do campo; o segundo eixo abordando o "o impacto das políticas neoliberais na subjetividade do proletariado", analisando como essa lógica econômica molda o psiquismo; e o terceiro eixo discutindo o "neoliberalismo e saúde mental: uma análise sobre a produção do sofrimento psíquico do trabalhador", sintetizando a articulação central desta pesquisa.

2 PROBLEMÁTICA

De quais maneiras o sistema neoliberal impacta e influencia na vida econômica, social e no sofrimento psíquico da classe trabalhadora brasileira?

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como o sistema político e socioeconômico do neoliberalismo age na produção do sofrimento dos trabalhadores brasileiros.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fundamentar teoricamente as principais bases da pesquisa, esclarecendo os conceitos de trabalho, proletariado, neoliberalismo e sofrimento psíquico em um cenário brasileiro, a partir da bibliografia proposta.
- Evidenciar os mecanismos das políticas neoliberais que influencia diretamente na construção da subjetividade e no modo de vida da classe trabalhadora.
- Analisar a relação entre o neoliberalismo e a saúde mental no Brasil, considerando como o modelo de gestão neoliberal, articulado às políticas públicas, contribui para a produção do sofrimento psíquico da classe trabalhadora brasileira.

4 JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de compreender as novas configurações do sistema neoliberal e seu impacto direto na saúde mental individual e coletiva do trabalhador e da trabalhadora, mas também como esse sistema, no cenário contemporâneo, não alterou apenas as leis trabalhistas, mas reconfigurou a subjetividade do trabalhador, transformando o proletário em um produto de si e do mercado, que em decorrência da performance constante, encontra-se vulnerável ao esgotamento. A importância desta revisão bibliográfica sustenta-se em dois pilares principais:

1. Atualidade do tema proposto: Vivemos uma era de precarização acentuada, onde a flexibilização das relações de trabalho tornou-se a norma;
2. Necessidade de Síntese Teórica: esta revisão bibliográfica justifica-se pela necessidade de organizar e fundamentar teoricamente o “neoliberalismo”, o "trabalho", o "proletariado" e o "sofrimento". Buscando oferecer subsídios científicos para que profissionais da saúde e demais áreas voltadas ao trabalhador, possam identificar e entender as causas sistêmicas do sofrimento mental, para além de patologias individuais.

A revisão também se justifica, pois, embora a relação entre trabalho e sofrimento psíquico constitua um tema amplamente discutido na literatura, este estudo busca contribuir para o debate ao articular as transformações promovidas pelo neoliberalismo com seus impactos sobre a subjetividade e a saúde mental da classe trabalhadora. Fundamentada em uma perspectiva da Psicologia Social Crítica e em diálogo com contribuições da Psicodinâmica do Trabalho, a pesquisa compreende o sofrimento psíquico como um fenômeno atravessado por determinantes sociais, econômicos e políticos. Dessa forma, aproxima contribuições da economia política, da psicologia social, da saúde coletiva e dos estudos sobre o trabalho, favorecendo uma compreensão crítica das formas contemporâneas de adoecimento relacionadas às transformações do mundo laboral.

Em suma, justifica-se pela articulação crítica dos referenciais teóricos, buscando evidenciar como os processos econômicos, políticos e ideológicos contemporâneos ultrapassam a dimensão material e incidem diretamente sobre a subjetividade dos indivíduos, contribuindo para a produção e intensificação do sofrimento psíquico na classe trabalhadora.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 TRABALHO, PROLETARIADO, NEOLIBERALISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: EM UM CONTEXTO BRASILEIRO

O trabalho pode ser compreendido, inicialmente, como a atividade por meio da qual o ser humano se relaciona com a natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades. Nesse processo, o indivíduo não apenas atua sobre o mundo natural, mas também transforma a si mesmo. Em sua crítica da economia política, originalmente publicada em 1867, Marx afirma que o trabalho é:

> Antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, no qual o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ao agir sobre a natureza externa e modificá-la, modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza (Marx, 2013, p. 326).

A partir dessa compreensão, Christophe Dejours amplia o entendimento do trabalho ao destacar que ele não se reduz à execução de tarefas prescritas ou à aplicação mecânica de técnicas. Para o autor, o trabalho envolve uma dimensão subjetiva, na qual o trabalhador mobiliza sua inteligência, afetividade e criatividade para enfrentar o descompasso inevitável entre o trabalho prescrito e o trabalho real (Dejours, 1992). Nesse sentido o trabalho ocupa um lugar central na construção da identidade, pois constitui um dos principais mediadores do reconhecimento social.

O reconhecimento é fundamental para a manutenção do equilíbrio psíquico. Quando o trabalho permite ao sujeito transformar as exigências impostas em realizações dotadas de sentido, ele pode se tornar uma fonte de prazer, realização e saúde mental. Contudo, quando essa mediação falha, o trabalho passa a ser um importante produtor de sofrimento psíquico (Dejours, 1992).

Para além da compreensão de trabalho como uma transformação do meio natural, autotransformação e construção subjetiva de uma identidade, também é possível entende-lo como uma atividade marcada por esforço, tensão e conflitos sociais. Com o desenvolvimento histórico das sociedades, o trabalho ultrapassa o caráter singular e passa a ter uma função mais social, satisfazendo não mais a um indivíduo, mas ao coletivo. Tal visão, é concebida por Lhuilier, quando afirma que:

> Ele vem do latim tripalium, que significa instrumento de tortura. Assim, em um sentido originário, ele está associado ao estado daquele que sofre, que é atormentado. Hoje, o sentido certamente evoluiu, mas uma dimensão de limitação, pressão e constrangimento perdura através da noção de esforço: não existe trabalho sem que a atividade se apoie sobre uma mobilização de energia, uma tensão em direção a um objetivo. O esforço está orientado a um objetivo, e a atividade integrada em função deste objetivo está orientada em direção à sua representação. Além disto, a atividade de trabalho tem um caráter fundamentalmente social: ela não pode ser somente uma atividade imediata, solitária, respondendo exclusivamente a uma satisfação de desejos individuais. O trabalho é realizado com os outros, para os outros, ele é subordinado a um objetivo coletivo, organizado, coordenado, canalizado, gerido. Assim sendo, ele é objeto de enfrentamentos e de conflitos. (Lhuilier 2013, p. 483)

O caráter social assumido pelo trabalho ao longo do desenvolvimento das sociedades também contribuiu para a constituição de diferentes posições e classes sociais no processo produtivo, entre elas o proletariado. Em sua etimologia, o termo proletariado deriva do latim *proletarius*, utilizado para designar o cidadão pobre pertencente às classes inferiores (Nascentes, 1966). Cabe acrescentar que o proletariado constitui, também, a classe dos operários modernos que, diante das transformações econômicas e sociais, veem-se submetidos a vender sua força de trabalho para garantir a própria subsistência. Em reforço a esse cenário, conforme Marx e Engels "esses operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e, por isso, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado" (Marx; Engels, 1999, p. 18).

Como descrito por Marx e Engels o proletariado da época estava sujeito as instabilidades do modelo de mercado. De forma semelhante, o trabalhador contemporâneo, frente as mudanças políticas, sociais e econômicas, é impactado diretamente com a ascensão de um novo modelo socioeconômico.

Sob essa ótica, o modelo neoliberal introduziu novas formas de gestão e intensificou a flexibilização do trabalho, tendo suas raízes no liberalismo clássico do século XVIII, mas ganha forma e força política apenas no século XX, especialmente após a crise do modelo fordista nas décadas de 1970 e 1980, quando se apresenta como uma alternativa baseada na desregulamentação econômica, privatizações e na valorização do mercado como regulador das relações sociais. Nesse contexto, David Harvey define o neoliberalismo como:

> Em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado deve garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro, além de estabelecer as

> estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais necessárias para assegurar os direitos de propriedade individuais e o funcionamento apropriado dos mercados. Ademais, caso não existam mercados em determinadas áreas, estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado, que, contudo, não deve ultrapassar essas funções, mantendo suas intervenções em nível mínimo (Harvey, 2008, p. 12).

Portanto, o neoliberalismo, enquanto racionalidade política e econômica que se consolida no final do século XX, promove uma reorganização das relações sociais pautada na lógica da competitividade, na intensificação da produtividade e na responsabilização individual, produzindo impactos significativos nas condições de vida e nas formas de subjetivação, com desdobramentos diretos sobre o sofrimento psíquico da classe trabalhadora. Sendo assim, O neoliberalismo não deve ser visto apenas como uma política econômica de privatizações, mas como uma racionalidade que impõe a lógica da empresa a todos os âmbitos da vida, moldando a forma como pensamos, nos relacionamos e, crucialmente, como sofremos (Harvey, 2008).

No Brasil, o processo de consolidação do neoliberalismo não ocorre de forma abrupta, sendo possível identificar elementos de sua construção ainda em períodos anteriores, como durante a Ditadura Militar, por meio da formulação de políticas e da organização institucional que viabilizariam sua posterior implementação (Andrade, 2019). Contudo, é a partir da década de 1990 que essa racionalidade se estrutura de maneira mais coesa, especialmente durante o governo de Fernando Collor de Mello, que inaugura a adoção sistemática de políticas neoliberais no país.

Nesse contexto, conforme analisa David Maciel, esse período é marcado pela abertura comercial acelerada, pela desregulamentação econômica e pelo início do processo de privatizações, inserindo o Brasil de forma mais direta na lógica do mercado global e promovendo uma ruptura com o modelo anterior marcado de forte intervenção estatal (Maciel, 2011). Ademais, tais medidas estiveram associadas a um contexto de crise econômica e instabilidade política, o que contribuiu para a implementação de reformas orientadas pelo ideário neoliberal como estratégia de reestruturação do Estado e da economia.

Posteriormente, a gestão de Fernando Henrique Cardoso representa o aprofundamento das diretrizes neoliberais no Brasil, marcado por privatizações, flexibilização das relações de trabalho e redução do modelo desenvolvimentista estatal. Nesse contexto, o Estado passa a atuar como regulador de serviços abertos à iniciativa privada, estimulando a concorrência e a abertura econômica. Paralelamente, consolida-se o modelo gerencialista, baseado em práticas do setor privado, como eficiência, descentralização e avaliação de desempenho. Como consequência, a lógica mercadológica não apenas redefine a administração pública, mas

também impacta a identidade do trabalhador, que passa a orientar sua valorização segundo as exigências do mercado (Andrade, 2019).

Após o aprofundamento das diretrizes neoliberais durante a gestão de FHC, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva inaugura uma nova configuração política e econômica, sendo menos pautada por uma ruptura com o modelo anterior e mais por sua reorganização. Conforme aponta Machado (2009):

> O governo Lula provocou uma redefinição na composição do bloco no poder, dando maior alento ao neoliberalismo, salvando-o da crise em que se encontrava no final do último mandato do governo Cardoso. Além de trazer para a sua base de apoio as frações da burguesia interna e do agronegócio, "alijadas" na gestão de seu antecessor, atraiu os setores mais pobres da população. (Machado, 2009, p. 29)

Essa reorganização só foi possível, pois com a eleição do presidente Lula, emerge na sociedade a nova classe média, composta por trabalhadores pouco qualificados, que toma forma com o crescimento de trabalhos informais, aumento do salário mínimo e de políticas públicas sociais, a exemplo do microempreendedor Individual (MEI) sendo um incentivo e valorização do empreendedorismo individual, que ao longo das décadas tornou-se mais evidente que, com o acesso a esses benefícios, aumentavam gradativamente a concorrência, a responsabilidade individual e a meritocracia (Andrade, 2019). Nesse contexto, segundo Machado (2009), tais transformações também contribuíram para legitimar a continuidade do projeto neoliberal sob essa base social, isso ocorreu ao garantir maior sobrevida a esse modelo com o apoio das camadas mais pobres e desorganizadas da população.

A partir dessa logica "em um contexto neoliberal, há uma pressão crescente para o sucesso individual, onde o valor de uma pessoa muitas vezes é medido por sua produtividade e sucesso material" (Viscki; Oliveira; Mendes, 2024, p. 712). Essa régua produtiva e de cobranças evidencia de forma crescente o estresse, ansiedade, síndromes e transtornos diretamente ligados ao mercado e ambiente de trabalho. A consolidação dessa racionalidade ultrapassa o campo econômico e político, atingindo também a subjetividade dos indivíduos, especialmente por meio do aumento das exigências de desempenho, favorecendo o sofrimento psíquico.

Para Guarido (2007), o sofrimento psíquico não deve ser compreendido apenas como um conjunto de sintomas classificados psiquiatricamente, mas como expressão subjetiva atravessada pela história, pelas experiências e pelas condições sociais dos indivíduos, cuja dimensão de sentido vem sendo progressivamente apagada pelo processo de medicalização

contemporânea. Já para Santos (2023) o sofrimento psíquico é melhor compreendido como uma experiência subjetiva e socialmente construída, cujos significados e formas de cuidado variam historicamente conforme os modelos de organização social e de atenção à saúde mental.

Nessa perspectiva, observa-se que o neoliberalismo não se limita à reorganização econômica e produtiva, mas redefine modos de vida, relações sociais e subjetivas do trabalhador, movendo para o indivíduo a responsabilidade por responder às demandas impostas pelo mercado. Assim, o sofrimento psíquico da classe trabalhadora, nesse cenário, não pode ser compreendido como expressão de fragilidade individual, mas como resultado de um arranjo político, econômico e discursivo que produz insegurança, medo e desamparo, gerando impactos significativos na subjetividade do proletariado brasileiro.

5.2 O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA SUBJETIVIDADE DO PROLETARIADO

Segundo Lacerda, Silva e Guerra (2025), o neoliberalismo, enquanto modelo de reorganização econômica e produtiva, resulta em mudanças significativas nos setores produtivos, uma vez que é a partir da mão de obra do trabalhador que se geram riquezas. Essa nova forma de organização traz consigo impactos nas relações de trabalho, a exemplo da flexibilização, cansaço e precarização das relações sociais e trabalho, que muitas vezes passam despercebidos, mas afetam diretamente a subjetividade dos trabalhadores.

A subjetividade pode ser entendida como uma construção dinâmica produzida na relação entre indivíduo e sociedade, sendo marcada pelas vivências, condições históricas e experiências particulares de cada sujeito. Nesse sentido, Silva evidencia que:

> enquanto processo de constituição do psiquismo possibilita ao homem apropriar-se das produções da humanidade (universalidade), a partir de determinadas condições de vida (particularidade), que constituem indivíduos únicos (singularidades), mesmo quando compartilham a mesma particularidade (Silva, 2009, p. 174).

Nesse cenário, as transformações impostas pelo neoliberalismo atuam diretamente sobre a forma como os indivíduos interpretam suas experiências de trabalho, podendo contribuir para a produção de mecanismos sofrimento psíquico, manifestando-se por meio de dinâmicas como a flexibilização e a precarização do trabalho, a valorização do empreendedorismo e do "empreendedor de si", além da intensificação da autocobrança, da competitividade, a visibilização do trabalhador e sua valorização, da produção do fracasso, cansaço e discurso meritocrático.

Dentre esses processos, destaca-se a flexibilização trabalhista, que pode ser entendida como a redução da rigidez normativa das relações de emprego, permitindo maior adaptação das condições de trabalho às necessidades empresariais, como observado na Lei n.º 13.467/2017. Tal dinâmica manifesta-se por meio da ampliação de modalidades contratuais mais instáveis, como a terceirização.

De acordo com Oliveira (2022) o trabalho deixa de garantir estabilidade e segurança, impossibilitando previsões consistentes sobre o futuro e tornando os indivíduos cada vez mais dependentes de seus empregadores. Como consequência, a vida passa a ser atravessada pela instabilidade e pela insegurança, afetando diretamente projetos pessoais e profissionais. Além disso, esse cenário dificulta a construção de vínculos sociais duradouros, leais e solidários entre os indivíduos. A ameaça constante de demissão converte-se, assim, em um importante mecanismo de controle sobre a força de trabalho, não apenas por elevar o desempenho e a produtividade, mas também por enfraquecer a solidariedade coletiva e reduzir as possibilidades de resistência no campo político. Assim, a flexibilização do trabalho ocorre em consonância com a lógica neoliberal e se expressa na expansão de vínculos precários, na redução da proteção social e na maior disponibilidade exigida do trabalhador (Secco; Kovaleski, 2022).

Outro elemento central nesse debate é a precarização do trabalho, que pode ser compreendida como o processo de enfraquecimento das garantias trabalhistas e sociais, marcado pela flexibilização das relações de trabalho e todos os demais desdobramentos decorrentes dessa dinâmica. Esse fenômeno também se expressa na descentralização dos vínculos contratuais, além do agravamento das condições de trabalho que prejudicam o desempenho dos trabalhadores, como a ampliação da disponibilidade exigida ao trabalhador (Pialarissi, 2017).

Retomando as ideias de Oliveira (2022), observa-se, nessa mesma direção, o fortalecimento do empreendedorismo compreendido como a iniciativa de criar, organizar e desenvolver um projeto, assumindo riscos, visando à ampliação de oportunidades e geração de renda. Contudo, num cenário onde as proteções estatais e os direitos são diminuídos, o ideal de coletivo é comprometido.

No âmbito social, a confiança e solidariedade dão lugar a desconfiança e egocentrismo, levando o indivíduo, inserido nessa conjuntura, a assumir sozinho a responsabilidade por sua própria sobrevivência. Todavia, caso não consiga se adaptar, está sujeito a ser ultrapassado pela competitividade, consequentemente, sendo afastado da disputa. Assim, o trabalhador torna-se

empreendedor de si, assumindo as rédeas do seu destino, diante as incertezas do contexto que está inserido. Reforçando ainda mais essa lógica:

> O discurso neoliberal defende a ideia segundo a qual o indivíduo deve ser o único responsável por sua própria vida e por todos os riscos a ela inerentes, tornando-se, assim, independente em relação ao Estado, isto é, recusando sua proteção e, desse modo, recorrendo às próprias armas para combater seus adversários (Oliveira, 2022, p.367).

Na obra *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas formas de poder*, o autor Byung-Chul Han faz uma crítica direta ao neoliberalismo e, ao mesmo tempo, evidenciando a internalização da exploração e a intensificação da autocobrança, ao afirmar:

> O neoliberalismo, como mutação do capitalismo, torna o trabalhador um empreendedor. Não é a revolução comunista, e sim o neoliberalismo que elimina a exploração alheia da classe trabalhadora. Hoje, cada um é um trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa. A luta de classes também se transforma em uma luta interior consigo mesmo. (Han, 2018, p14)

O trecho expressa essa forma de organização onde é deslocada a exploração tradicional entre patrão e empregado para o interior do próprio indivíduo. Nessa lógica, o trabalhador deixa de se perceber como integrante de uma classe explorada e passa a se entender como empreendedor de si mesmo, responsável sozinho por seu sucesso ou fracasso, marcado por processos de autocobrança. Por conseguinte, a autocobrança pode ser entendida como um processo oriundo do empreendedor de si mesmo, onde ao internalizar a lógica do mercado o trabalhador passa a pressionar-se cada vez mais a buscar uma alta performasse e produtividade.

Nesse ideário, onde cada indivíduo funciona como uma empresa, gerido por si e responsável por seus sucessos e fracassos, o Estado, enquanto mecanismo regulador, acentua cada vez mais a lógica neoliberal de disputa por reconhecimento e produtividade, evidenciando a competitividade. Dessa forma, a competitividade se internaliza no trabalhador moderno, de tal forma que suas práticas cotidianas passam a ser orientadas pela necessidade constante de se destacar em um mercado altamente instável. Assim, a competitividade deixa de ser apenas um princípio econômico externo e passa a estruturar as relações sociais, os vínculos de trabalho e até mesmo a forma como os sujeitos percebem a si mesmos e aos outros (Viscki; Oliveira; Mendes, 2024).

Segundo Oliveira (2022), em um contexto no qual o princípio econômico se sobressai ao indivíduo, marcado pela intensificação da competitividade, determinados aspectos da atividade laboral tornam-se visíveis ou invisibilizados, de uma forma que apenas aqueles que

apresentem bom desempenho passam a ser valorizados. Isso leva os indivíduos a direcionarem seus esforços para alcançar maior valorização, o que implica no maior gasto de energia, que, muitas vezes, não correspondem aos esforços empregados em sua realização, reforçando a lógica competitiva fundamental para esse modelo, impactando diretamente na subjetividade dos trabalhadores. O autor elucida que, decorrente desse processo, os trabalhadores passam a experimentar um sentimento de insuficiência diante de exigências cada vez mais difíceis de serem alcançadas, conduzindo, assim:

> O indivíduo que sucumbe por não suportar a brutalidade das relações de concorrência é julgado como um fraco que não está à altura do desafio, cujo "fracasso" é considerado, inclusive, como uma patologia (Oliveira, 2022, p.368).

A partir dessa perspectiva, observa-se que o fracasso, no contexto neoliberal, deixa de ser compreendido como resultado de condições estruturais, passando a ser interpretado como falha individual, o que reforça processos de culpabilização e sofrimento. Para além disso, o cansaço emerge como elemento na intensificação do sofrimento subjetivo, na medida em que se alimenta dos mecanismos produzidos pelo sistema e pela sociedade nos quais os indivíduos estão intrinsecamente inseridos, reforçando uma lógica de produtividade e esforço marcada por padrões inalcançáveis.

Nessa direção, a meritocracia surge como um dispositivo para que se naturalize a ideia de igualdade de oportunidades, como uma forma neutra e justa, legitimar os processos que permeiam o trabalhador, já que induz ao crescimento embasado num discurso de mérito individual e competitivo, resultantes de uma autocobrança, exploração de seu esforço e precarização das relações sociais e trabalho, ao passo que invisibiliza desigualdades estruturais do sistema neoliberal (Castro, 2025).

É nesse cenário que o debate sobre o neoliberalismo se torna central, uma vez que as transformações no mundo do trabalho, orientadas pela lógica da competitividade, da flexibilização e da responsabilização individual, incidem diretamente sobre as condições de vida e saúde dos trabalhadores. O modelo de gestão neoliberal, ao intensificar a produtividade, precarizar vínculos e enfraquecer redes de proteção social, contribui para a ampliação de situações de estresse, insegurança e sobrecarga, favorecendo a produção do sofrimento psíquico. Conforme evidencia Sobreira e Oliveira (2024), uma vez que:

> O estilo de vida exigido aos trabalhadores, na tentativa de acompanhar a competitividade do processo de trabalho, aliada à sua precarização, causa sérios desgastes físicos e emocionais. O ritmo de trabalho e da busca por

> aprimoramento constante, frequentemente, entra em conflito com o ritmo biológico dos indivíduos e essa dinâmica exerce impacto direto na saúde dos trabalhadores e afeta a totalidade das suas relações sociais (Sobreira; Oliveira, 2024, p. 12).

Nesse sentido, a produção do sofrimento psíquico do trabalhador não pode ser compreendida apenas a partir de fatores individuais, mas deve ser analisada à luz das determinações sociais, econômicas e políticas que estruturam o mundo do trabalho contemporâneo. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de respostas institucionais capazes de enfrentar esse fenômeno de forma ampliada.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), instituída pela Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012, estabelece diretrizes para a promoção da saúde, a prevenção de agravos e a vigilância dos riscos relacionados aos processos e ambientes de trabalho, reconhecendo o trabalho como um dos determinantes centrais do processo saúde-doença. No que se refere à saúde mental, a política prevê ações voltadas à identificação, prevenção e enfrentamento do sofrimento psíquico decorrente das condições laborais (Brasil, 2012).

Enquanto a política propõe uma abordagem ampliada, baseada na prevenção, no cuidado e no reconhecimento dos determinantes sociais, o modelo neoliberal tende a intensificar a precarização, a competitividade e a responsabilização individual, dificultando o reconhecimento do sofrimento psíquico como expressão de processos coletivos.

Portanto, configura-se uma contradição entre o que é proposto pela PNSTT e o que se encontra na realidade do trabalho, na qual o sofrimento psíquico é frequentemente naturalizado e atribuído ao trabalhador, assim mostrando que apesar de mecanismo legais de enfrentamento, a realidade dentro do sistema neoliberal não possibilita que o trabalhador tenha acesso a esses meios de combate e agravamento da saúde mental e sofrimento psíquico

5.3 NEOLIBERALISMO E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DA CLASSE TRABALHADORA

A atual Política de Saúde Mental Brasileira é resultado da mobilização de usuários, familiares e trabalhadores da saúde iniciada na década de 1980, com o objetivo de mudar a realidade dos manicômios, onde viviam mais de 100 mil pessoas com transtornos mentais. Esse movimento foi impulsionado pela importância que o tema dos direitos humanos adquiriu no contexto do combate à ditadura militar, além de ter sido alimentado por experiências de países

europeus na substituição de um modelo centrado no hospital psiquiátrico por serviços comunitários com forte inserção territorial (Brasil, 2013).

Nas últimas décadas, esse processo de transformação se expressa especialmente por meio do Movimento Social da Luta Antimanicomial e da construção coletiva de um novo modelo de atenção e gestão do cuidado: a Reforma Psiquiátrica. Entretanto, sua implementação, apesar de seus avanços, encontra resistências em sua operacionalização, uma vez que a lógica biomédica ainda exerce forte influência sobre a atenção psicossocial (Brasil, 2013). Isso se manifesta na forma como a saúde e a doença mental são compreendidas no campo, conforme apontam Alcântara e colaboradores:

> Apesar de tantas lutas para a construção desse novo modelo de atenção, a compreensão de saúde e doença, proposta pela discursividade científica, acaba adquirindo muita força no campo da atenção psicossocial. A saúde é percebida como um ideal, e a doença como um problema que precisa ser localizado, descrito e medido. A doença deve ser diagnosticada e eliminada sem perca de tempo (Alcântara et al., 2022, p. 352).

Em contraposição a essa tendência de reducionismo e medicalização, o Brasil dispõe de um marco legal que visa garantir um tratamento humanizado em rede aberta: a Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001, conhecida como Lei Paulo Delgado ou Lei da Reforma Psiquiátrica. Essa legislação, além de promover mudanças significativas no campo da saúde mental, consolidou direitos fundamentais, assegurando, em seu art. 2º, um tratamento humanizado e voltado exclusivamente ao benefício da saúde do indivíduo (Brasil, 2001).

Nesse contexto, a definição de saúde mental também se amplia. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a saúde mental é compreendida como um "estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de utilizar suas habilidades, lidar com o estresse da vida, aprender, trabalhar bem, ser produtivo e contribuir com sua comunidade" (OMS, 2022). Não se trata apenas da ausência de doenças, mas de um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Essa concepção converge com a posição brasileira, na medida em que ambas adotam uma visão ampliada do campo da saúde mental.

Apesar dessa concepção, a realidade evidencia desafios significativos: ainda segundo a OMS, uma em cada cinco pessoas no ambiente de trabalho pode apresentar algum problema de saúde mental, o que impacta diretamente a produtividade e a qualidade das relações laborais.

Nesse contexto, ao considerar a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos, torna-se fundamental compreender como se dá a produção do sofrimento psíquico no âmbito laboral. Em *A loucura do trabalho*, Christophe Dejours sustenta que o sofrimento é inerente à atividade

laboral, uma vez que trabalhar implica confrontar constantemente os limites, os imprevistos e as resistências do real, decorrentes do desajuste entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado.

O autor argumenta que esse sofrimento não conduz necessariamente ao adoecimento psíquico, podendo assumir destinos distintos conforme a organização do trabalho. Quando o trabalhador dispõe de margens de autonomia, cooperação entre os pares e reconhecimento, o sofrimento pode ser elaborado por meio da mobilização da inteligência prática e da criatividade, contribuindo para a construção de sentido, para o fortalecimento da identidade e para a preservação da saúde mental. Em contrapartida, na ausência dessas condições, o sofrimento tende a se cristalizar, aumentando o risco de desorganização psíquica e adoecimento.

Ainda nessa mesma obra, ele defende que a organização do trabalho é um elemento central na produção de diferentes formas de ansiedade, que não devem ser compreendidas como manifestações individuais isoladas, mas como efeitos diretos das condições e exigências impostas ao trabalhador. O teórico identifica, inicialmente, uma ansiedade relacionada à degradação do funcionamento mental e do equilíbrio psicoafetivo, decorrente da deterioração das relações interpessoais, da intensificação de conflitos e da imposição de comportamentos condicionados, o que pode resultar no empobrecimento da vida psíquica, na paralisação da criatividade e em processos de despersonalização.

De acordo com o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V* (DSM-V), a despersonalização é um processo caracterizado por "experiências de irrealidade, distanciamento ou de ser um observador externo dos próprios pensamentos, sentimentos, sensações, corpo ou ações" (DSM-V, p. 302). Trata-se, então, de um mecanismo de distanciamento do sujeito em relação a própria realidade, fazendo com que ele passe a perceber-se como observador externo de si a da realidade em seu entorno. Tal processo pode mostrar-se tanto como um sintoma associado a síndromes ansiosas e outros transtornos mais graves quanto como o Transtorno Despersonalização/Desrealização com critérios e características que o diferenciam de sintoma dentro de um quadro clinico.

Nesse sentido, a despersonalização impacta a subjetividade do indivíduo neoliberal ao fazer com que ele perca, gradualmente, a percepção de si como sujeito singular, passando a se enxergar principalmente a partir da lógica da produtividade, desempenho e utilidade. Assim, sua subjetividade passa a ser moldada pelas exigências do mercado, favorecendo sentimentos de competitividade, cansaço, autocobrança e culpa diante do fracasso.

Além disso, Dejours (1992) aponta a ansiedade associada à degradação do organismo, vinculada aos riscos permanentes à integridade física, como acidentes e doenças ocupacionais,

ressaltando que, embora esses riscos incidam sobre o corpo, produzem efeitos psíquicos duradouros. Por fim, destaca a ansiedade gerada pela chamada “disciplina da fome”, relacionada ao medo da perda do trabalho e dos meios de subsistência, que atua como um mecanismo de submissão e controle, levando o trabalhador a suportar condições laborais degradantes como forma de garantir sua sobrevivência.

Nessa mesma direção, as reflexões de Byung-Chul Han permitem compreender como essas dinâmicas se reconfiguram no contexto neoliberal contemporâneo. Para o autor, a sociedade atual é marcada pela lógica do desempenho, na qual o sujeito deixa de ser apenas submetido a formas externas de controle e passa a se auto explorar, internalizando as exigências de produtividade, sucesso e eficiência. Nesse contexto, o sofrimento psíquico assume novas configurações, manifestando-se sobretudo como esgotamento, cansaço extremo e sensação de fracasso individual (Han, 2015).

Para o sistema neoliberal, o trabalho constitui elemento fundamental para o desenvolvimento humano e social, uma vez que possibilita a produção de bens, riquezas e satisfação pessoal. Contudo, a ausência de condições adequadas no ambiente laboral pode transformar o trabalho em um fator prejudicial à saúde humana (Capucho et al., 2024). Nesse sentido, as possibilidades de enfrentamento aos impactos do neoliberalismo sobre a saúde mental dos trabalhadores perpassam a compreensão de que o sofrimento psíquico está diretamente relacionado às estruturas sociais e econômicas do sistema, para que haja uma possibilidade de transformação das condições de existência humana depende de mudanças estruturais profundas e da participação coletiva nas lutas sociais e políticas (Viscki, Oliveira e Mendes, 2024).

A partir dessa lógica, o sofrimento psíquico deixa de ser compreendido apenas como experiência individual e passa a ser relacionado às condições sociais e laborais produzidas pelo neoliberalismo, onde torna-se possível observar uma contradição entre os avanços ocorridos no campo da saúde mental e as condições concretas impostas pelo modelo neoliberal. A intensificação das exigências de produtividade, competitividade e flexibilidade impõe aos trabalhadores um estado constante de pressão e insegurança, favorecendo o desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e outros transtornos psíquicos. Assim, o neoliberalismo não apenas reorganiza as formas de trabalho, mas também produz modos de subjetivação marcados pelo adoecimento, comprometendo significativamente a saúde mental dos indivíduos. .

6 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza narrativa, com abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo. A pesquisa bibliográfica "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos" (Gil, 2002, p.44), permitindo um maior contato com diferentes contribuições teóricas sobre a temática proposta.

De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca responder questões particulares de forma específica, que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, explorando dimensões mais profundas das relações. Assim, a abordagem qualitativa adota uma visão que não se baseia em números ou comparações estatísticas, e sim engloba o entendimento, a compreensão e a observação nas relações entre as pessoas na sociedade tentando refletir e investigar novas possibilidades para o problema investigado.

Quanto aos objetivos, a pesquisa possui caráter exploratório, uma vez que visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e possibilitando o aprimoramento de ideias. Assim, apresenta também caráter descritivo, pois busca descrever e analisar as relações entre o neoliberalismo, o trabalho e o sofrimento psíquico na realidade brasileira (Gil, 2002).

No que se refere aos procedimentos metodológicos, foi realizada entre os meses de março e maio de 2026, por meio das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos CAPES e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e documentos oficiais disponibilizados por órgãos governamentais. Foram selecionadas produções publicadas, majoritariamente, em língua portuguesa e disponíveis integralmente em meio digital. Já estratégia de busca fundamentou-se na utilização dos seguintes descritores e palavras-chave: "neoliberalismo", "trabalho", "precarização do trabalho", "sofrimento psíquico", "saúde mental" e "políticas públicas de saúde", combinados entre si conforme os objetivos da pesquisa.

Como critérios de inclusão, foram consideradas produções que abordassem diretamente os eixos temáticos do estudo, especialmente aquelas que discutem: (a) a consolidação do neoliberalismo no Brasil; (b) as transformações nas relações de trabalho; (c) os impactos psicossociais da precarização do trabalho; e (d) as políticas públicas de saúde mental. Também foram incorporadas obras clássicas e referenciais teóricos fundamentais para a compreensão

crítica do capitalismo e do trabalho. Foram excluídos materiais duplicados, publicações sem respaldo científico e textos que não apresentassem contribuição significativa para os objetivos da investigação.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionadas 28 produções para compor a análise desta revisão narrativa, entre artigos científicos, livros, documentos normativos, documentos institucionais e obras de referência. As publicações analisadas abrangem o período de 1966 a 2025, com predominância de estudos publicados entre 2022 e 2025, evidenciando a atualidade das discussões sobre neoliberalismo, trabalho e sofrimento psíquico. O referencial teórico mobilizado inclui autores centrais como Marx, Harvey, Dejours e Byung-Chul Han, além de produções contemporâneas que analisam o contexto brasileiro.

Tabela 1 – Distribuição dos materiais selecionados

TIPO DE MATERIAL	QUANTIDADE
Artigos científicos	13
Livros	5
Documentos normativos	3
Documentos institucionais	2
Obras metodológicas	2
Manual diagnóstico	1
Dicionário etimológico	1
Manifesto político-histórico	1
Total	28

Fonte: Elaboração própria

A análise do material foi realizada por meio de leitura: (a) exploratória buscando identificar os materiais que interessa a pesquisa; (b) seletiva que determinaria, de fato, quais interessariam ao objetivo; (c) analítica visando ordenas as fontes possibilitando respostas; e (d) interpretativa onde foram relacionadas as afirmações dos autores a problemática da pesquisa (Gil, 2002).

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente revisão bibliográfica narrativa foi composta por 28 referências, incluindo artigos científicos, livros, documentos normativos, documentos institucionais, obras metodológicas e materiais de referência. As publicações analisadas abrangem o período de 1966 a 2025, com predominância de estudos publicados entre 2022 e 2025. Quanto ao tipo de produção, observou-se o predomínio de artigos científicos de natureza teórica e reflexiva, revisões bibliográficas e ensaios críticos, evidenciando o caráter interdisciplinar das discussões acerca do neoliberalismo, do trabalho e do sofrimento psíquico.

7.1 EIXO 1: TRABALHO, PROLETARIADO, NEOLIBERALISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO BRASILEIRO

A literatura analisada evidencia que o trabalho ocupa papel central na constituição da vida social e da subjetividade humana. Conforme Marx (2013), o trabalho representa uma atividade fundamental por meio da qual o ser humano transforma a natureza e, simultaneamente, transforma a si mesmo. Em consonância com essa perspectiva, Lhuilier (2013) destaca que o trabalho ultrapassa sua dimensão produtiva, constituindo-se como elemento fundamental para a construção da identidade, das relações sociais e da participação dos indivíduos na vida coletiva.

Os estudos selecionados apontam que as transformações ocorridas nas últimas décadas alteraram significativamente a organização do trabalho. A partir da consolidação do neoliberalismo no Brasil, especialmente entre as décadas de 1990 e 2000, observam-se mudanças marcadas pela flexibilização das relações trabalhistas, pela intensificação da competitividade e pela ampliação das formas precárias de inserção laboral.

Nesse contexto, Andrade (2022), Harvey (2008), Machado (2009) e Maciel (2017) demonstram que o neoliberalismo promoveu mudanças estruturais nas relações entre capital e trabalho, fortalecendo a lógica mercadológica e ampliando processos de individualização das responsabilidades sociais. Os resultados encontrados indicam que o neoliberalismo não deve ser compreendido apenas como um modelo econômico, mas como uma racionalidade que reorganiza as formas de trabalho, os modos de vida e as relações sociais contemporâneas.

7.2 EIXO 2: OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA SUBJETIVIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

Os estudos analisados demonstram que as transformações promovidas pelo neoliberalismo afetam diretamente a subjetividade da classe trabalhadora. Entre os principais aspectos identificados, destacam-se a precarização do trabalho, a flexibilização dos vínculos empregatícios, a valorização do empreendedorismo individual e a responsabilização dos sujeitos pelo próprio sucesso ou fracasso profissional.

Os trabalhos de Han (2018), Oliveira (2022), Secco e Kovaleski (2022), Castro (2025) e Viscki, Oliveira e Mendes (2024) evidenciam que a lógica neoliberal incentiva a construção do chamado “empreendedor de si”, sujeito permanentemente mobilizado para o aprimoramento da própria performance. Nessa perspectiva, a produtividade deixa de ser apenas uma exigência externa e passa a ser incorporada pelos próprios indivíduos como um ideal de realização pessoal.

Os resultados também apontam que a meritocracia atua como importante mecanismo de legitimação das desigualdades sociais, favorecendo processos de culpabilização individual diante de dificuldades produzidas por condições estruturais de trabalho. Como consequência, emergem sentimentos de insuficiência, insegurança, medo do fracasso, autocobrança excessiva e esgotamento emocional.

Nesse sentido, os estudos analisados indicam que o neoliberalismo produz formas específicas de subjetivação marcadas pela competitividade, pelo individualismo e pela internalização das exigências produtivas, contribuindo para a intensificação do sofrimento psíquico na classe trabalhadora.

7.3 EIXO 3: NEOLIBERALISMO E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA CLASSE TRABALHADORA

A literatura consultada aponta que a intensificação das exigências produtivas e a precarização das relações de trabalho constituem importantes determinantes do sofrimento psíquico contemporâneo. Os estudos selecionados demonstram que as transformações do mundo do trabalho repercutem diretamente sobre a saúde mental da população trabalhadora, produzindo impactos emocionais, psicológicos e sociais.

Dejours (1992) destaca que o sofrimento faz parte da experiência laboral; contudo, seus efeitos dependem das condições de organização do trabalho. Quando existem reconhecimento,

cooperação e possibilidades de participação ativa, o sofrimento pode ser elaborado de forma criativa e contribuir para a construção da identidade profissional. Entretanto, quando predominam relações marcadas pelo controle excessivo, pela insegurança e pela desvalorização, o sofrimento tende a converter-se em adoecimento psíquico.

Os estudos de Capucho et al. (2024), Sobreira e Oliveira (2024), Oliveira (2022), Santos (2024) e Viscki, Oliveira e Mendes (2024) reforçam que a competitividade, a instabilidade laboral e a responsabilização individual contribuem para o aumento de manifestações como ansiedade, depressão, esgotamento emocional e sentimentos de inadequação social.

Nessa mesma direção, Han (2018) argumenta que a sociedade neoliberal produz sujeitos permanentemente orientados ao desempenho, favorecendo processos de autoexploração que frequentemente culminam em exaustão física e mental. Tal compreensão evidencia que o sofrimento psíquico não pode ser reduzido a uma questão exclusivamente individual, mas deve ser analisado em articulação com as condições históricas, sociais e econômicas que estruturam o trabalho contemporâneo.

Os resultados também evidenciam uma contradição entre os avanços das políticas públicas de saúde mental e saúde do trabalhador e as condições concretas produzidas pela racionalidade neoliberal. Embora documentos como a Lei nº 10.216/2001, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e as diretrizes do Ministério da Saúde representem importantes avanços na garantia de direitos e no cuidado em saúde mental, a literatura aponta que o sofrimento psíquico permanece frequentemente naturalizado e individualizado, dificultando o reconhecimento de seus determinantes sociais.

De modo geral, os estudos analisados convergem ao indicar que as transformações promovidas pelo neoliberalismo impactam significativamente as condições de trabalho, os processos de subjetivação e a saúde mental da classe trabalhadora. Dessa forma, compreender o sofrimento psíquico exige considerar não apenas aspectos individuais, mas também os fatores sociais, econômicos e políticos que atravessam a experiência contemporânea do trabalho.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender de que maneira as transformações do trabalho, atravessadas pela racionalidade neoliberal, impactam a subjetividade e contribuem para a produção do sofrimento psíquico dos trabalhadores brasileiros.

A partir análise da literatura, foi possível compreender que o neoliberalismo ultrapassa a dimensão econômica, não se limitando a uma política de privatizações e flexibilização, mas configurando-se como uma racionalidade política, econômica, social e ideológica que reorganiza as relações de trabalho, os modos de vida, as relações sociais e as formas de subjetivação dos indivíduos.

Verificou-se que, embora existam avanços no campo da saúde mental brasileira, ainda persistem contradições entre as propostas de cuidado integral e as condições concretas impostas pelo neoliberalismo. A lógica produtivista e mercadológica frequentemente contribui para a naturalização do sofrimento psíquico e para sua interpretação como incapacidade individual, desconsiderando os determinantes históricos e sociais presentes nas relações de trabalho.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se a dificuldade em encontrar materiais com mais objetivos e claros, principalmente quando o conteúdo era voltado para o sofrimento psíquico. Ainda assim, considera-se que o trabalho contribui para ampliar as discussões acerca da relação entre neoliberalismo, trabalho, subjetividade e saúde mental, oferecendo subsídios teóricos para futuras pesquisas e reflexões no campo da Psicologia e da saúde coletiva.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento de reflexões críticas acerca dos impactos das transformações neoliberais sobre a classe trabalhadora brasileira, possibilitando a compreensão de que o sofrimento psíquico produzido nas relações de trabalho contemporâneas não se trata de uma fragilidade individual, mas de um fenômeno social, histórico e coletivo, diretamente relacionado às formas de organização do trabalho no capitalismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Vírnia Ponte; VIEIRA, Camilla Araújo Lopes; ALVES, Samara Vasconcelos. Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 351-361, jan. 2022. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2022.v27n1/351-361. Acesso em: 26 abril. 2026.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, Daniel Pereira. Rodadas históricas de neoliberalização no Brasil. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 12, n. 3, p. 675-708, 2022. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u949/danielpereiraandrade_rodadas_historicas_de_neoliberalizacao_no_brasil.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 9 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm . Acesso em: 26 abril. 2026.

BRASIL. Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)... **Diário Oficial da União: Brasília, DF**, 14 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de atenção básica n. 34: Saúde Mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf. Acesso em: 16 nov. 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 ago. 2012.

CAPUCHO, Mariana Carneiro; DADALTO, Leonardo; VARGAS, Nayane Viale; PEREIRA, Raquel Colombo. Sofrimento psíquico no trabalho: uma análise na pós-modernidade. **Revista Científica Multivix**, v. 16, n. 29, 2024. DOI: 10.5935/1679-4427.v16n29.0008.

CASTRO, Mariella Guerra Moreira de. Meritocracia e a captura da subjetividade do trabalhador no capitalismo neoliberal. E-Civitas – **Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH**, Belo Horizonte, v. XVIII, n. 2, dez. 2025. Disponível em: https://portalperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/dcjpg. Acesso em: 05 maio 2026.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. ampliada, 3. reimpr. São Paulo: Cortez; Oboré, 1992.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUARIDO, Renata. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 151-161, jan./abr. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000100010.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LACERDA, Matheus Oliveira; SILVA, Natália Ramos da; GUERRA, Eliana Costa. O neoliberalismo faz mal à saúde: novas configurações no mundo do trabalho e a saúde do trabalhador e da trabalhadora. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 49, n. especial 2, e210541, ago. 2025. DOI: 10.1590/2358-28982025E210541P.

LHUILIER, Dominique. Trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300002. Acesso em: 18 abr. 2026. (sig-arquivos.cefetmg.br)

MACHADO, Eliel. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 21/22, p. 23–34, 2009. DOI: 10.23925/ls.v0i21/22.18598. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18598 . Acesso em: 19 abr. 2026.

MACIEL, David. O GOVERNO COLLOR E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1990-1992). **Revista UFG**, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017. Disponível em: https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390 . Acesso em: 18 abr. 2026..

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. Edição eletrônica. Ridendo Castigat Mores, 1999.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

NASCENTES, Antenor Nascentes. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Ministério da Educação e Cultura, 1966.

OLIVEIRA, Cleyton da Silva. Neoliberalismo, sofrimento e indiferença. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 365-373, maio/ago. 2022. DOI: 10.1590/1982-0259.2022.e82611.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Mental health: strengthening our response.** Genebra: OMS, 2022. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response. Acesso em: 3 maio 2026.

PIALARISSI, Renata. Precarização do trabalho. **Revista de Administração em Saúde**, São Paulo, v. 17, n. 66, p. 1-9, jan./mar. 2017.

SECCO, Ana Caroline; KOVALESKI, Douglas Francisco. Do empreendedor de si mesmo à medicalização da performance: reflexões sobre a flexibilização no mundo do trabalho. **Ciência**

& Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 1911-1918, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022275.09572021.

SILVA, Flávia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural**. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 28, p. 169-195, jan./jun. 2009.

SOBREIRA, Juliana Goyeneche; OLIVEIRA, Kethlen Freire de. O sofrimento psíquico do proletariado no contexto neoliberal. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 9, p. 1-18, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.9-264.

SANTOS, Rayanne Tropiano dos. O sofrimento psíquico no transcorrer histórico na sociedade ocidental: significados, modelos institucionais e movimentos sociais. **Mundo Livre: Revista Multidisciplinar**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 216–242, 2024. Disponível em: https://periodicos.uff.br/mundolivre/article/view/57197. Acesso em: 12 maio. 2026.

VISCKI, Gabrielle Santos; OLIVEIRA, Conrado Pavel de; MENDES, Kíssila Teixeira. Neoliberalismo e sofrimento psíquico na realidade brasileira: reflexões críticas e possibilidades de enfrentamento. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p. 704-728, jan./jun. 2024. ISSN 2674-9483.